

INVISIBILIDADES INSTITUCIONAIS: MULHERES NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (1970–1985)¹

INSTITUTIONAL INVISIBILITIES: WOMEN IN UNIVERSITY EXTENSION (1970–1985)

INVISIBILIDADES INSTITUCIONALES: MUJERES EN LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA (1970–1985)

Sandra Jung de Mattos², <https://orcid.org/0000-0002-0210-6656>Elizabeth Figueiredo de Sá³, <https://orcid.org/0000-0002-5861-7535>**Resumo:**

Neste artigo, analisa-se a atuação das mulheres na extensão universitária da Universidade Federal de Mato Grosso entre 1970 e 1985, com o objetivo de compreender a ausência e a fragmentação documental como elementos que produziram visibilidades e invisibilidades sobre a presença feminina na instituição. O período analisado abrange a criação da Universidade Federal de Mato Grosso e os primeiros anos de institucionalização da extensão universitária, marcado pelo contexto de reorganização universitária e de ditadura militar no Brasil. O estudo ancora-se na Nova História Cultural e articula fontes documentais e depoimentos orais produzidos no âmbito institucional. Os resultados indicam que mulheres integraram o cotidiano da extensão por meio de práticas administrativas, técnicas e comunitárias, embora muitas dessas ações apareçam de modo indireto nos arquivos, em decorrência das práticas históricas de produção e preservação documental.

Palavras-chave: extensão universitária; história das mulheres; ditadura militar; educação superior; documentação institucional.

Abstract:

This article analyzes the participation of women in university extension activities at Universidade Federal de Mato Grosso between 1970 and 1985, aiming to understand the absence and fragmentation of documents as elements that produced visibilities and invisibilities regarding women's presence within the institution. The period analyzed encompasses the creation of the Federal University of Mato Grosso and the first years of the institutionalization of university extension, marked by the context of university reorganization and the military dictatorship in Brazil. The study is grounded in New Cultural History and articulates documentary sources and oral testimonies produced within the institutional sphere. The results indicate that women were part of the daily routine of university extension through administrative, technical, and community practices, although many of these activities appear only indirectly in institutional archives due to historical practices of document production and preservation.

Keywords: university extension; women's history; military dictatorship; Higher Education; institutional documentation.

¹ Este artigo integra a pesquisa de doutorado de Mattos (2025), desenvolvida entre os anos de 2021 e 2025. A tese encontra-se em processo de depósito no Repositório Institucional da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

² Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil; sandrajmattos@gmail.com

³ Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil; elizabethfsa1@gmail.com

Resumen:

En este artículo, se analiza la actuación de las mujeres en la extensión universitaria de la Universidade Federal de Mato Grosso entre 1970 y 1985, con el objetivo de comprender la ausencia y la fragmentación documental como elementos que produjeron visibilidades e invisibilidades sobre la presencia femenina en la institución. El período analizado abarca la creación de la Universidad Federal de Mato Grosso y los primeros años de institucionalización de la extensión universitaria, marcado por el contexto de reorganización universitaria y de dictadura militar en Brasil. El estudio se fundamenta en la Nueva Historia Cultural y articula fuentes documentales y testimonios orales producidos en el ámbito institucional. Los resultados indican que las mujeres integraron la vida cotidiana de la extensión universitaria mediante prácticas administrativas, técnicas y comunitarias, aunque muchas de estas acciones aparecen de manera indirecta en los archivos, como consecuencia de las prácticas históricas de producción y preservación documental.

Palabras clave: extensión universitaria; historia de las mujeres; dictadura militar; educación superior; documentación institucional.

Introdução

Neste artigo, analisamos a atuação das mulheres na extensão universitária da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) entre os anos de 1970 e 1985, período marcado pela criação da universidade, pela organização da estrutura universitária e pelo desenvolvimento de ações extensionistas em meio ao regime militar brasileiro.

O recorte temporal fundamenta-se na criação da UFMT, instituída pela *Lei n.º 5.647, de 10 de dezembro de 1970* (Brasil, 1970), em contexto de expansão do Ensino Superior articulada às políticas federais de integração nacional e à reorganização universitária estabelecida pela *Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968* (Brasil, 1968). Na sua criação, a UFMT foi organizada segundo as diretrizes da Reforma Universitária e adotou, desde sua implantação, a configuração administrativa e acadêmica prevista na legislação vigente do período em estudo.

Nos primeiros anos de funcionamento da universidade, os registros documentais eram produzidos à medida que as atividades administrativas e acadêmicas se desenvolviam, especialmente por meio de relatórios e atos normativos. Esses documentos, embora fundamentais para a organização institucional, raramente apresentavam detalhamento sobre as ações executadas, as coordenações envolvidas ou os sujeitos responsáveis por sua realização.

Sob a perspectiva da Nova História Cultural, tais registros constituem práticas situadas de escrita administrativa, articuladas a um “[...] lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias [...]”

(Certeau, 1982, p. 66), no interior do qual se instauram métodos, interesses e formas de organização dos documentos. Nesse sentido, os registros não devem ser lidos como espelhos neutros da realidade, mas como textos estruturados por “[...] leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto [...]” (p. 66), revelando seleções e ausências próprias de suas condições históricas de produção. É nesse contexto que indagamos de que maneira a ausência e a fragmentação dessa documentação contribuíram para configurar a representação da atuação feminina na memória institucional da extensão universitária da UFMT.

Ao delimitarmos esse período, buscamos analisar as práticas extensionistas realizadas por mulheres e as formas pelas quais essas práticas foram, ou não, inscritas nos documentos produzidos no contexto de organização inicial da universidade.

Ao longo da escrita, utilizamos o termo “atuação” para designar as práticas desenvolvidas pelas mulheres na Universidade, por compreendermos que suas ações ultrapassaram a participação formal ou o exercício de funções previstas na estrutura administrativa e acadêmica da universidade. Ao adotarmos esse termo, procuramos evidenciar que essas mulheres assumiram posicionamentos ativos na construção da extensão universitária em pleno contexto autoritário da ditadura militar. Compreendemos a “atuação” como expressão de práticas coletivas e estratégias cotidianas que produziram formas de permanência e enfrentamento em meio às relações de poder e aos silenciamentos institucionais.

A análise ancora-se, também, nos fundamentos teóricos de Chartier (2002), especialmente no conceito de representações e na compreensão das práticas sociais que conferem forma às experiências históricas. Tal aporte permite examinar a documentação produzida pela UFMT – como ofícios, portarias, relatórios administrativos, catálogos institucionais – não como simples repositório informativo, mas como espaço de produção de sentidos. Esses documentos, ao registrarem determinadas ações e omitirem outras, participam da construção de imagens institucionais acerca da atuação das mulheres na extensão universitária, ao mesmo tempo que silenciam experiências que não se inscrevem nos formatos formais de registro.

Essa escolha teórica dialoga com as reflexões de Certeau (1998) acerca das práticas cotidianas que se desenvolvem no interior das estruturas institucionais e operam segundo lógicas próprias que nem sempre coincidem com as estratégias formais de organização. Tal perspectiva permite compreender as ações realizadas pelas mulheres na extensão universitária

como práticas situadas, inscritas nas rotinas administrativas e acadêmicas da universidade, ainda que nem sempre plenamente registradas.

Articula-se, ainda, às análises de Perrot (2005) e Scott (1992), que problematizam os modos pelos quais as categorias de gênero interferem na definição do que é considerado digno de registro, memória e reconhecimento histórico. A partir dessas contribuições, compreendemos que os silenciamentos documentais não são aleatórios, mas atravessados por hierarquias sociais e simbólicas. Assim, ao empregarmos o termo “atuação”, buscamos analisar o conjunto das práticas femininas, formais e não formalizadas nos registros institucionais, que sustentaram a extensão universitária no contexto político e institucional da ditadura militar.

Metodologicamente, adotamos a análise qualitativa de fontes documentais e orais, a partir de levantamento realizado nos arquivos institucionais da UFMT e em acervos pessoais de servidores(as) que atuaram em diferentes setores da universidade. A localização de registros referentes à extensão universitária entre 1970 e 1985 constituiu-se em processo demorado, marcado pela inexistência de política sistemática de arquivamento, pelas mudanças de espaço físico e pela dispersão documental⁴.

No que se refere às mulheres, os registros identificados são escassos e, quando existentes, aparecem de forma fragmentada, dispersos em meio a documentação institucional de natureza diversa, nem sempre dedicada às atividades extensionistas. Raramente tais documentos detalham atribuições, responsabilidades ou trajetórias individuais, de modo que se exige leitura atenta para a identificação de nomes, assinaturas e menções indiretas.

Essa condição aproxima-se das reflexões de Perrot (2005), ao indicar que a história das mulheres demanda a busca de vestígios muitas vezes dispersos e pouco valorizados nos arquivos. A fragmentação e a descontinuidade dos registros não são tratadas como simples lacunas, mas como dados históricos que expressam as hierarquias simbólicas e institucionais do período. Assim, a escassez documental integra o próprio problema investigado, na medida em que interfere nas formas de reconstrução da atuação feminina na extensão universitária.

⁴ Os documentos analisados nesta pesquisa foram localizados em diferentes espaços da UFMT: no Arquivo da Reitoria, na Vice-Reitoria, na Secretaria de Comunicação e Multimeios (SECOMM/UFMT) e em setores administrativos vinculados à extensão universitária. Também foram consultados acervos digitais públicos, como a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e o Instituto Memória Deputado Lenine de Campos Póvoas da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, além de acervos pessoais de ex-servidores e ex-servidoras da UFMT. O acesso às fontes ocorreu entre os anos de 2021 e 2025, durante a realização da pesquisa de doutorado. As fontes orais foram constituídas por entrevistas semiestruturadas realizadas com servidores e servidoras que atuaram na UFMT entre 1970 e 1985, realizadas de forma presencial e remota.

Considerando esses pressupostos teóricos e metodológicos, o objetivo deste artigo é analisar a atuação das mulheres na extensão universitária da UFMT entre 1970 e 1985 e examinar de que maneira a ausência, a dispersão e a perda de documentos contribuíram para configurar a representação dessa presença na memória institucional. A investigação insere-se no campo da história da educação superior em Mato Grosso e articula gênero, cultura institucional e práticas extensionistas em contexto marcado pelo autoritarismo político e pela organização inicial da universidade sob as diretrizes da Reforma Universitária.

Este artigo, intitulado “Invisibilidades institucionais: mulheres na extensão universitária (1970–1985)”, organiza-se em três seções analíticas, além da introdução e das considerações finais. A primeira examina a produção e preservação da documentação institucional e seus efeitos na reconstrução histórica; a segunda analisa as formas de registro da presença feminina nos arquivos; e a terceira discute a atuação das mulheres na extensão universitária a partir da articulação entre documentos e depoimentos orais, situando-a no contexto institucional e político do período. As considerações finais retomam a problemática e discutem o modo como a fragmentação documental contribuiu para configurar a representação dessa atuação na memória institucional.

A UFMT e a materialidade fragmentada dos registros institucionais (1970–1985)

Ao analisarmos a documentação referente à UFMT entre 1970 e 1985, constatamos que a história institucional da universidade se apoia em registros que apresentam lacunas decorrentes da inexistência de uma política sistemática de guarda e preservação documental. Essa condição compromete a continuidade dos dados disponíveis e limita a reconstrução dos processos referentes à extensão universitária, sobretudo no que diz respeito às formas de atuação das mulheres. A materialidade encontrada revela um arquivo incompleto, no qual relatórios, portarias e documentos administrativos aparecem de modo disperso, o que dificulta a compreensão das ações desenvolvidas no período.

Desse modo, a fragmentação documental não se restringiu a uma lacuna quantitativa, mas incidiu sobre as possibilidades de reconhecimento da atuação das mulheres na extensão universitária. Ao examinarmos relatórios e registros administrativos produzidos entre 1970 e 1985, constatamos que a escrita institucional não incorporou os fatos em suas múltiplas

dimensões. A documentação apresenta variações de forma e conteúdo, sem padronização quanto à identificação de sujeitos, funções ou processos de trabalho, o que indica a inexistência de um procedimento sistemático de registro.

A reflexão de Perrot (2005, p. 14) contribui para situar essa dinâmica, ao afirmar que “[...] a constituição do Arquivo, da mesma forma que a constituição ainda mais sutil da Memória, é o resultado de uma sedimentação seletiva produzida pelas relações de força e pelos sistemas de valor”.

No caso analisado, ainda que não identifiquemos critérios formais uniformes, a descontinuidade dos registros revela formas distintas de construção da memória institucional. Determinadas dimensões, como programas, estruturas e decisões formais, recebem maior detalhamento, enquanto a atuação das mulheres aparece em poucos documentos – e, em diversas situações, não é mencionada.

Nessa configuração de registro, quando as mulheres são identificadas, sua presença surge vinculada a setores ou atividades, sem a descrição das práticas e decisões que integraram o cotidiano extensionista. O silêncio que incide sobre sua atuação não decorre de ausência de participação, mas das condições históricas de produção da documentação. A forma de registro adotada no período delimitou o que foi incorporado à memória institucional e condicionou a apreensão histórica da experiência feminina na extensão universitária da UFMT entre 1970 e 1985.

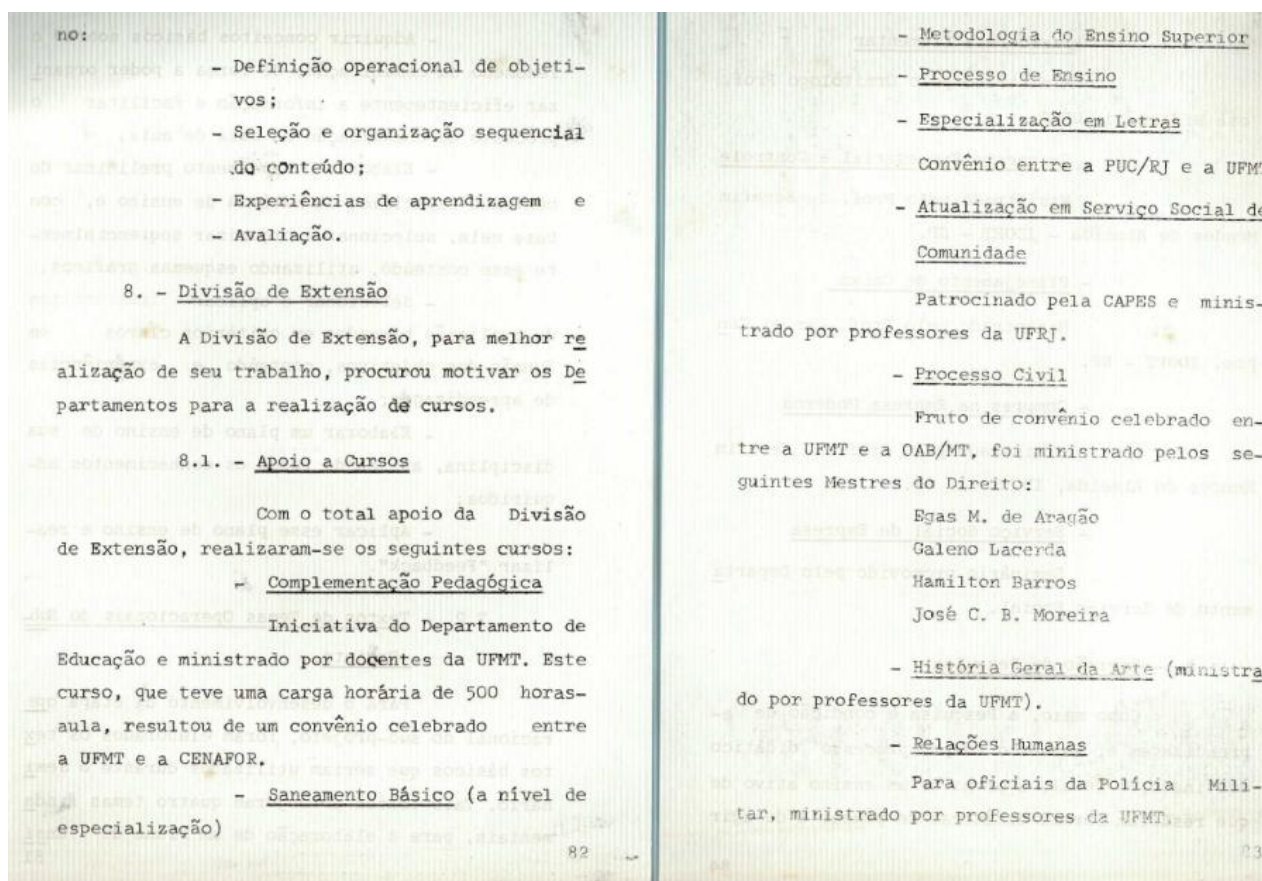
A análise dos relatórios institucionais produzidos no período evidencia a forma de registro adotada pela universidade para documentar as ações extensionistas. A escrita administrativa apresenta organização temática por setores e atividades e privilegia a formalização de cursos, convênios e apoios institucionais. Nesse formato, o documento registra denominações de programas, carga horária e parcerias estabelecidas, mas não detalha os sujeitos responsáveis pela execução das atividades ou as práticas desenvolvidas no cotidiano extensionista.

Essa estrutura documental contribuiu para uma narrativa institucional centrada na organização administrativa da extensão, enquanto a atuação das mulheres tende a aparecer de modo indireto ou não explicitado.

A Figura 1 apresenta exemplo de relatório da Divisão de Extensão da UFMT, no qual se observa a estrutura formal de registro das atividades realizadas.

O documento organiza as ações por categorias administrativas e destaca cursos, convênios e apoios institucionais. A identificação dos sujeitos envolvidos ocorre de forma limitada, concentra-se na indicação de departamentos ou na menção nominal de docentes responsáveis por determinados cursos. Não há descrição das práticas cotidianas, da divisão interna de tarefas ou das responsabilidades assumidas por mulheres nas atividades extensionistas. Essa forma de registro contribuiu para uma representação da extensão universitária centrada na formalidade dos atos e na estrutura institucional e restringiu a visibilidade das experiências femininas que sustentaram sua execução.

Figura 1 – Forma de registro das atividades de extensão



Fonte: Relatório, UFMT, 1974. Arquivo da Reitoria⁵.

No relatório de 1976, observamos a identificação nominal de mulheres vinculadas à estrutura administrativa da extensão universitária. Entretanto, tais documentos limitam-se a registrar cargos e setores, sem explicitação das atividades desenvolvidas, das responsabilidades

⁵ Todos os documentos aqui analisados se encontram nos arquivos físicos da reitoria da UFMT.

assumidas ou das decisões nas quais estiveram envolvidas. A forma de registro privilegia a organização hierárquica da unidade administrativa e descreve chefias, componentes e funções técnicas, mas não documenta as práticas cotidianas que sustentaram a execução das ações extensionistas.

A Figura 2 apresenta o relatório de 1976 como exemplo de documento administrativo – nele constam os nomes de mulheres vinculadas à Divisão de Extensão e a setores correlatos.

Figura 2 – Forma de registro das atividades de extensão

5.1.3 - Serviço de Assistência à Extensão

- Chefe
 - . Elza Gonçalves de Araújo
- Componentes
 - . Maria Benício Rodrigues
 - . Neide Yohoki Miykawa - GTU
 - . Cleonice Gomes Cheim - GTU

5.2 - Coordenação de Assuntos Técnicos

- Coordenador
 - . Adonias Gomes de Almeida
- Técnico
 - . Norly Conceição Monteiro da Silva
- Serviços Auxiliares
 - . Edgmir Lima Pinto

5.2.1 - Seção de Currículos e Programas

- Chefe
 - . Janete Jacob
- Componente
 - Humberto Gastão Bodra

Fonte: Relatório, UFMT, 1976. Arquivo da Reitoria.

O documento mostrado na Figura 2 registra a presença feminina por meio da indicação de nomes associados a cargos específicos, como “Chefe”, “Componentes” e “Técnico”. Contudo, não há qualquer detalhamento acerca das atribuições exercidas, das atividades realizadas ou da participação dessas mulheres nos processos decisórios da extensão universitária. A escrita administrativa, centrada na organização formal da estrutura, torna visível a posição ocupada, mas não a atuação desenvolvida.

A ausência de descrição das práticas confirma que o suporte e a forma documental condicionam o que pode ser lido como experiência histórica, reforçando que “[...] não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler [...]” (Chartier, 2002, p. 127). Como sugere Perrot (2005), a inscrição das mulheres no arquivo tende a ocorrer sob formas que não capturam plenamente a extensão de sua participação.

Essa forma de registro contribuiu para uma representação restrita da presença feminina, pois reduziu sua inscrição documental à função nominal, sem permitir compreender o alcance de suas práticas no cotidiano institucional.

Essa fragmentação não é interpretada como resultado de decisão formal ou política explícita de exclusão. Não identificamos, nos documentos analisados, normas ou orientações que determinassem a omissão da atuação feminina. Contudo, a ausência de registro sistemático não implica neutralidade. Ela decorre de práticas historicamente constituídas, nas quais a descrição de estruturas, programas e cargos ocupou centralidade, enquanto as práticas cotidianas e os sujeitos que as executavam não foram incorporados de modo regular ao registro.

Dialogando com Chartier (2002), compreendemos que os arquivos expressam práticas institucionais de registro que não abrangem a totalidade das experiências vividas. As fontes disponíveis resultam das condições concretas de produção documental, e não de um projeto de memória abrangente.

Assim, o que encontramos no arquivo decorre das condições de produção, arquivamento ou descarte dos documentos, em um período marcado por reorganizações administrativas e pela inexistência de rotinas estáveis de preservação que dificultam as possibilidades de análise histórica.

Ao examinarmos a materialidade desses registros, compreendemos que cada documento expressa as circunstâncias concretas de sua produção, circulação e preservação. A documentação existente revelou tanto o que foi mantido quanto o que deixou de ser registrado e indicou limites estruturais das práticas administrativas da época. Essa configuração de organização das formas de registro institucionais incidiu sobre a representação da atuação feminina, pois a ausência de detalhamento, a variação de forma e a falta de padronização na identificação de sujeitos restringem a visibilidade das mulheres na memória institucional.

Evidenciamos por meio dos depoimentos orais o modo como determinadas experiências ficaram fora dos instrumentos formais de registro. A materialidade permite identificar marcas

de organização institucional, rotinas de trabalho, interrupções de arquivo, mudanças de setor e ausências que moldam o que hoje pode ser consultado. Assim, a análise documental exige reconhecer que o acesso ao passado depende das formas pelas quais os documentos foram produzidos e guardados, o que condiciona as possibilidades do fazer historiográfico.

Entre 1972 e 1985, a extensão universitária na UFMT passou por sucessivas reorganizações administrativas. Alterações na estrutura dos setores responsáveis pela extensão não foram acompanhadas da consolidação de rotinas estáveis de arquivamento e preservação documental. Observamos períodos sem relatórios completos ou portarias que permitam acompanhar a sequência das ações, a composição das equipes ou a definição das atividades desenvolvidas. Essas mudanças estruturais incidiram sobre a continuidade do registro e interferem na possibilidade de reconstrução dos percursos institucionais e da participação feminina na estrutura extensionista.

Nessa direção, a reflexão de Certeau (1998) contribui para compreender que muitas práticas cotidianas não se convertem em documentação formal. Parte das ações realizadas por mulheres, das atividades extensionistas, como cursos, mediação com comunidades e organização de projetos, não foi incorporada aos registros formais da universidade. Permanecem indícios e referências dispersas, o que desloca a análise para a leitura dos vestígios e para a compreensão do silêncio documental como componente do processo histórico.

Essa condição impõe desafios metodológicos específicos, na medida em que a ausência de continuidade documental limita a identificação de funções exercidas, práticas desenvolvidas, vínculos institucionais e condições de trabalho das mulheres na extensão universitária. Entretanto, essas lacunas não operam apenas como obstáculo à pesquisa; elas informam sobre os critérios e as prioridades que orientaram a organização da memória institucional e indicam quais dimensões da vida universitária foram incorporadas ao registro e quais permaneceram fora dele.

A fragmentação documental, portanto, não se reduz a insuficiência quantitativa de fontes, mas incide sobre as formas de reconhecimento histórico da atuação feminina. A estrutura e a linguagem dos registros produzidos no período contribuíram para delimitar o que foi formalmente inscrito na memória institucional e o que permaneceu pouco descrito, condicionando as possibilidades de apreensão histórica da experiência das mulheres na extensão universitária da UFMT entre 1970 e 1985.

Entre presenças e silenciamentos: a atuação das mulheres nas fontes documentais da UFMT

Ao analisarmos as fontes institucionais produzidas entre 1970 e 1985, observamos que a presença feminina aparece de modo esparso, com registros pontuais que não permitem reconstruir, de forma contínua, suas funções e práticas no interior da universidade. Essa condição deriva da ausência de rotinas de preservação documental e de um sistema estável de registro, fatores que limitaram a produção de documentos capazes de evidenciar as ações cotidianas desenvolvidas por mulheres na extensão universitária.

A fotografia apresentada a seguir, na Figura 3, referente a uma reunião do Conselho Universitário da década de 1970, ilustra a composição dos espaços formais de decisão e evidencia a baixa presença feminina nesses colegiados.

Figura 3 – Reunião do Conselho Universitário da UFMT (década de 1970)



Fonte: Acervo da Secretaria de Comunicação e Multimeios da Universidade Federal de Mato Grosso - SECOMM/UFMT

A identificação da única mulher presente nessa imagem ocorreu a partir da articulação entre documentos dispersos e depoimentos orais. Os relatos indicaram tratar-se de Ylcléia Maria

Novis Neves Pereira Lima, docente do Centro de Letras e Ciências Humanas da UFMT, que exercia a função de secretária do Conselho Universitário. Conforme as informações levantadas, Ylcléia foi a segunda mulher a ocupar essa função, sucedendo Marilda Maria de Oliveira Silva, técnica-administrativa em educação e primeira secretária dos conselhos universitários.

Essa necessidade de recorrer à memória individual evidencia a ausência de registros institucionais sobre sua atuação. A fotografia permite observar que a presença feminina aparece vinculada a funções administrativas, sem referência à natureza das atividades desempenhadas. Esse modo de registro, centrado apenas no cargo ocupado, não permite compreender as ações realizadas por essas mulheres. Em depoimento⁶, uma servidora afirmou: *“Nós fazíamos as coisas acontecerem, mas quem assinava era outro; nós estávamos lá, mas não aparecíamos”* (Maria de Lourdes Bandeira Lamônica Freire⁷, Entrevista, 22 jun. 2022). Essa fala confirma que a invisibilidade não resulta da ausência de práticas, mas de formas institucionais de registro que não incorporaram o conjunto das atividades cotidianas.

A limitada presença documental dialoga com a reflexão de Perrot (2005, p. 9), ao afirmar que a história, por longo tempo, “[...] esqueceu as mulheres, como se, destinadas à obscuridade da reprodução, estivessem fora do acontecimento”. Essa formulação auxilia a compreender que a invisibilidade observada na UFMT se inscreve em processos históricos amplos, nos quais o trabalho feminino foi associado a áreas entendidas como auxiliares e, portanto, menos registradas.

A partir do cruzamento entre documentos administrativos, relatos orais e menções dispersas em portarias, catálogos e relatórios, identificamos que as mulheres participaram da organização e execução de ações extensionistas e assumiram funções essenciais para o funcionamento dos programas do período. Essas práticas envolveram organização de cursos, articulação com comunidades, apoio às ações do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), atividades do Projeto Rondon e mediação entre setores da

⁶ Todas as entrevistas foram realizadas nas condições impostas pelo período posterior à pandemia de Covid-19, no contexto da pesquisa de doutorado desenvolvida entre os anos de 2021 e 2025. A investigação contou com a participação de 12 colaboradoras e colaboradores, com faixa etária entre 50 e 88 anos. Algumas entrevistas ocorreram presencialmente, enquanto outras foram realizadas de forma remota, por meio da plataforma Google Meet e de conversas via WhatsApp, em datas e horários previamente acordados com as pessoas entrevistadas.

⁷ Maria de Lourdes Bandeira Lamônica Freire, graduada em Letras, foi servidora da UFMT e concedeu entrevista à primeira autora deste texto, em 22 de junho de 2022, na residência da colaboradora, em Cuiabá. A entrevista se deu de modo presencial, foi gravada e voltada à investigação de doutorado da entrevistadora sobre a atuação das mulheres na extensão universitária na UFMT entre 1970 e 1985.

universidade e a sociedade. Em entrevista, uma outra servidora afirmou que “esse início da extensão ficou esquecido no tempo” (Maria Manuela Renha Novis Neves⁸, Entrevista por WhatsApp, 2023), indicando que a ausência documental não reflete ausência de ação, mas formas institucionais de produção da memória.

A extensão universitária, ainda subordinada a diferentes unidades e em processo de definição institucional, não consolidou mecanismos capazes de registrar de forma sistemática o trabalho cotidiano das mulheres. Esses limites estruturais permitem considerar que a invisibilidade documental produz um modo específico de representar a atuação feminina, reforçando desigualdades de gênero no interior da memória institucional, processo analisado por Scott (1992) quando discute o caráter relacional e histórico das categorias de gênero. As mulheres aparecem associadas às atividades administrativas e de cuidado, setores historicamente vinculados ao feminino, enquanto os registros de tomada de decisão permanecem masculinos.

Essa condição também se aproxima da reflexão de Certeau (1998) sobre as práticas cotidianas que não deixam vestígios formais. Segundo o autor, grande parte das ações realizadas por sujeitos situados fora das instâncias de decisão inscreve-se em uma “zona do cotidiano” que não produz documento ou que não é capturada pelas rotinas burocráticas. As ações realizadas por mulheres na UFMT, a organização de atividades, o atendimento às comunidades, a elaboração de rotinas administrativas, os arranjos logísticos, a circulação entre departamentos inserem-se nesse campo de práticas que, embora essenciais, não foram convertidas em registro formal e permanecem acessíveis apenas por fragmentos dispersos e lembranças orais.

Essa perspectiva obriga-nos a considerar o arquivo como construção histórica. A ausência de documentos não encerra a análise, mas direciona a investigação para outras fontes e estratégias de leitura. A fragmentação documental exige o cruzamento entre registros administrativos, catálogos, relatórios incompletos, depoimentos orais e menções indiretas em documentos institucionais. Essa triangulação permite identificar práticas que escapam ao registro formal, reconhecendo que a invisibilidade documental constitui parte do próprio processo histórico que pretendemos compreender.

⁸ Maria Manuela Renha Novis Neves, formada em Ciências Sociais, foi servidora docente do curso de Serviço Social da UFMT e concedeu uma entrevista à primeira autora deste artigo, por meio de troca de mensagens escritas no aplicativo WhatsApp em 12 de setembro de 2023.

Nesse sentido, a memória oral desempenha papel metodológico decisivo. Os depoimentos analisados não apenas complementam lacunas, mas também expressam formas pelas quais as pessoas que atuaram no período interpretam, silenciam ou ressaltam determinados aspectos de sua experiência. A reconstrução histórica da presença feminina depende dessa articulação entre arquivos fragmentados e narrativas orais, pois apenas essa combinação permite reconhecer práticas não registradas nos instrumentos administrativos da época. Assim, a invisibilidade documental não elimina a experiência das mulheres, mas exige métodos que considerem os limites e as potencialidades das fontes disponíveis.

Atuação das mulheres na extensão universitária da UFMT (1970-1985)

Ao examinarmos as trajetórias das mulheres que atuaram na extensão universitária da UFMT entre 1970 e 1985, identificamos que suas práticas se inscreveram em espaços institucionais diversos e responderam às demandas cotidianas da universidade em um contexto marcado pela reorganização administrativa e pela expansão de projetos vinculados à política federal de interiorização.

As fontes analisadas – portarias, catálogos institucionais, relatórios administrativos, ofícios, além de depoimentos orais – apresentam referências fragmentadas sobre essas mulheres. A leitura cruzada desses fragmentos permite reconstruir experiências que não foram sistematicamente inscritas nos instrumentos de memória institucional.

Nas portarias examinadas, as mulheres aparecem designadas para funções administrativas, técnicas e de apoio em diferentes unidades da universidade. A designação de Maria Manuela Renha Novis Neves para responder pela coordenação do CRUTAC, registrada na Portaria n.º 001/A de 1975, constitui uma das poucas menções formais à atuação feminina em posições estratégicas da extensão.

No entanto, essa designação não se converteu em registros contínuos sobre sua trajetória no setor, o que reforça a descontinuidade documental observada ao longo do período. Em depoimento, a professora observou que “[...] esse começo da extensão ficou meio esquecido no tempo, porque estávamos empenhados em criar e realizar, e quase não havia condições de registrar” (Maria Manuela Renha Novis Neves, Entrevista por WhatsApp, 2023). Essa fala

evidência que a ausência de documentos não decorre da inexistência de práticas, mas das condições concretas de trabalho e da organização da extensão nos primeiros anos da UFMT.

Nos relatórios de 1973 e 1974, identificamos mulheres vinculadas à organização de atividades, ao apoio logístico e à articulação com comunidades urbanas e rurais. Contudo, esses documentos não descrevem processos de trabalho nem especificam atribuições, o que limita a compreensão das práticas exercidas. Em uma das entrevistas realizadas para esta pesquisa, uma servidora afirmou: *“Nós fazíamos as coisas acontecerem, mas quem assinava era outro; nós estávamos lá, mas não aparecíamos”* (Maria de Lourdes Bandeira Lamônica Freire, Entrevista, 22 jun. 2022).

Essa fala indica que os registros institucionais seguiram formas de seleção produzidas historicamente, nas quais as práticas exercidas por mulheres não foram incorporadas aos instrumentos formais de memória. A ausência de detalhamento sobre suas ações não decorre de uma decisão administrativa específica da UFMT, mas de práticas de registro e preservação documental historicamente constituídas, que atribuíram maior visibilidade a determinadas experiências e funções institucionais. Como afirma Perrot (2005, p. 18), a constituição do arquivo resulta de uma “[...] sedimentação seletiva produzida pelas relações de força e pelos sistemas de valor”. Essa perspectiva permite compreender que a invisibilidade documental observada não corresponde à ausência de atuação feminina, mas reflete formas históricas de classificação que restringiram sua presença na memória institucional da universidade.

Nos relatórios e catálogos institucionais produzidos nos primeiros anos de organização acadêmica e administrativa da UFMT, especialmente entre 1973 e 1985, identificamos registros sobre ações extensionistas vinculadas à interiorização e ao atendimento a comunidades urbanas e rurais. Esses documentos descrevem cursos, atividades de campo, programas e metas institucionais, mas pouco indicam quem executava essas tarefas ou quais sujeitos sustentavam o cotidiano da extensão.

As práticas exercidas por mulheres na organização de ações extensionistas e de cursos, na articulação com setores internos e na mediação com comunidades aparecem de forma indireta nos documentos institucionais, que registram poucas referências femininas e, quando as mencionam, o fazem sem identificação das responsáveis ou explicitação das práticas realizadas. Essa ausência sistemática aproxima-se da reflexão de Certeau (1998), para quem

grande parte das ações cotidianas ocorre nos interstícios das estruturas formais e não se traduz em documentação estável.

O autor observa que essas práticas “[...] manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição” (Certeau, 1998, p. 47). As mulheres realizaram atividades que sustentaram o funcionamento da extensão universitária, mas essas ações não foram convertidas em registros oficiais que detalhassem processos, responsabilidades ou autoria, permaneceram preservadas apenas como indícios dispersos no arquivo e nas narrativas orais.

Ao relacionarmos essas evidências às reflexões de Scott (1995), observamos que a associação entre mulheres e funções administrativas, assistenciais ou logísticas expressa o caráter relacional e histórico das categorias de gênero, que moldaram modos específicos de registrar, e de não registrar, as práticas exercidas por elas no interior da universidade. Como afirma Scott (1995, p. 14-15), a historiografia tradicional “[...] não explicava a ausência de atenção às mulheres no passado e assim esse tipo de abordagem não alterava as definições estabelecidas dessas categorias”. Nessa perspectiva, os silenciamentos identificados nos documentos da UFMT relacionam-se às formas pelas quais determinadas experiências foram selecionadas, organizadas e preservadas nos registros institucionais, produzindo visibilidades distintas sobre a atuação de homens e mulheres na universidade.

As reflexões de Perrot (2005) sobre os silêncios da história também auxiliam na interpretação das invisibilidades observadas. A autora argumenta que, por longo tempo, “[...] as mulheres permaneceram invisíveis, relegadas às margens da narrativa histórica; aquilo que faziam, no interior das casas ou nos espaços do cotidiano, não encontrava lugar nos registros que definiram o acontecimento” (Perrot, 2005, p. 12).

Essa perspectiva possibilita compreender que os vestígios documentais relacionados às mulheres aparecem de forma fragmentada e dispersa, especialmente em atividades vinculadas ao cotidiano administrativo, técnico e organizacional da universidade. Na documentação produzida pela UFMT entre 1970 e 1985, essas práticas raramente foram descritas de modo detalhado, permanecendo, em muitos casos, apenas como referências indiretas nos registros institucionais da extensão universitária.

Ao examinarmos a materialidade dos documentos, identificamos marcas de reorganização administrativa, intervalos de produção e mudanças de setor que condicionaram aquilo que se preservou como registro institucional. Essa leitura aproxima-se das reflexões de Chartier (2002, p. 33), para quem a “[...] história cultural deve ser pensada como a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço”.

Nesse sentido, as representações presentes nos registros da universidade não refletem a totalidade das práticas extensionistas realizadas, mas resultam de modos históricos de produzir e ordenar documentos, que registraram apenas parte das ações desenvolvidas.

Esses procedimentos documentais condicionaram o que pôde ser preservado e o que permaneceu ausente, não por escolha deliberada, mas pela própria estrutura administrativa e pelas rotinas de registro vigentes no período. Assim, a ausência de documentos sobre a atuação feminina não apenas expressa lacunas do arquivo, mas também evidencia processos de representação que moldaram o que poderia ser lembrado e o que permaneceu silenciado.

Portanto, a atuação feminina compôs o funcionamento cotidiano da extensão universitária da UFMT, ainda que não apareça de forma contínua nos registros institucionais. Essa atuação sustentou ações comunitárias, procedimentos administrativos, organização de cursos e execução de programas vinculados à política federal de interiorização promovida pelo regime militar.

A análise dessas trajetórias, realizada a partir de fragmentos documentais e depoimentos orais, permite visibilizar práticas que escaparam à memória institucional e compreender que a invisibilidade não expressa ausência de participação, mas modos específicos pelos quais a universidade produziu e preservou sua própria história.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar a atuação das mulheres na extensão universitária da UFMT entre 1970 e 1985. A investigação orientou-se pela seguinte questão: de que maneira a ausência e a fragmentação dessa documentação contribuíram para configurar a representação da atuação feminina na memória institucional da extensão universitária da UFMT?

Partimos do pressuposto de que as lacunas documentais não constituem apenas limitação metodológica, mas também elemento histórico que incide sobre as formas de inscrição e reconhecimento das experiências femininas nos acervos documentais dos arquivos institucionais.

A análise da documentação preservada indicou que os registros produzidos no período privilegiaram a formalização de estruturas administrativas, programas e decisões institucionais e registraram de forma restrita os sujeitos envolvidos na execução das atividades extensionistas. A presença das mulheres aparece, quando registrada, por meio de identificação nominal ou vinculação setorial, sem detalhamento das funções exercidas ou dos processos de trabalho desenvolvidos.

Essa configuração documental não expressa ausência de participação, mas resulta das condições históricas de produção e preservação dos registros, marcadas pela inexistência de procedimentos sistemáticos de guarda e pela descontinuidade na organização do arquivo institucional.

O diálogo com Chartier, Perrot, Scott e Certeau permitiu compreender que o arquivo constitui construção histórica, atravessada por processos de seleção e enquadramento documental. A forma material dos registros condiciona as possibilidades de leitura da experiência histórica, delimitando o que pode ser reconhecido como objeto de narrativa.

Nesse contexto, a inscrição das mulheres nos documentos ocorreu sob formatos que não contemplaram a totalidade de suas práticas, o que contribuiu para uma representação parcial de sua atuação na extensão universitária.

A articulação entre fontes documentais e depoimentos orais indicou que as mulheres integraram o funcionamento cotidiano da extensão universitária e participaram de atividades vinculadas à interiorização do Ensino Superior, à articulação com comunidades urbanas e rurais e à execução de programas institucionais.

Essas práticas, embora presentes na dinâmica universitária, não foram registradas de modo contínuo ou detalhado, o que exigiu leitura de fragmentos, referências indiretas e indícios documentais para sua reconstrução histórica.

Concluimos que a ausência e a fragmentação dessa documentação contribuíram para configurar uma representação limitada da atuação feminina na memória institucional da extensão universitária da UFMT entre 1970 e 1985.

Ao reconhecer a materialidade dos registros como dimensão constitutiva da análise histórica, este estudo amplia a compreensão da história da educação superior em Mato Grosso e evidencia a necessidade de abordagens que articulem documentação fragmentada e narrativas orais para apreender experiências femininas inscritas de forma descontínua nos arquivos institucionais.

Referências

- BRASIL. Presidência da República. *Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Revogada pela Lei nº 9.394, de 1996, com exceção do artigo 16, alterado pela Lei nº 9.192, de 1995. Brasília: Presidência da República, 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em: 8 maio 2026.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei n.º 5.647, de 10 de dezembro de 1970*. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5647.htm. Acesso em: 8 maio 2026.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.
- MATTOS, Sandra Jung de. *Atuação das mulheres na extensão universitária na Universidade Federal de Mato Grosso (1970-1985)*. 2025. 178 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2025. Em processo de depósito.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru: EDUSC, 2005.
- SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 63-95.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://egov.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/G%C3%AAnero-%E2%80%93-uma-categoria-%C3%BAtil-de-an%C3%A1lise-hist%C3%B3rica.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2025.

SOBRE AS AUTORAS

Sandra Jung de Mattos. Doutora em Educação pela UFMT e Técnica-Administrativa em Educação na função de pedagoga da UFMT. Integra o Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM/UFMT), com atuação em História da Educação, História das Mulheres, educação superior com ênfase na extensão universitária.

Contribuição de autoria: metodologia, conceituação, investigação, análise formal, validação de dados e redação do manuscrito original.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7315605216598105>

Elizabeth Figueiredo de Sá. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e docente da UFMT. Integra o Programa de Pós-Graduação em Educação e o Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM/UFMT), com atuação em História da Educação, História das Mulheres, História das Infâncias e instituições escolares.

Contribuição de autoria: supervisão, orientação, conceituação, metodologia, validação e revisão.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1975779880933099>

AUTODECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS ÉTICOS

A pesquisa foi desenvolvida em conformidade com os princípios éticos que orientam estudos com seres humanos, assegurando o respeito à dignidade e ao consentimento livre e esclarecido; e o sigilo das informações dos participantes das entrevistas e dos depoimentos orais utilizados como fontes da investigação. O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), vinculado à Plataforma Brasil, sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 53782421.5.0000.5690. Também declaramos que houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial como apoio técnico para organização das fontes documentais e sistematização das referências bibliográficas. O uso dessas ferramentas não substituiu a análise historiográfica, a interpretação das fontes nem a autoria intelectual da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao GEM (Grupo de Pesquisa em História da Educação e Memória – PPGE/UFMT), à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a todas as pessoas que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

Submetido em: 18.02.26

Aprovado em: 24.04.26

Publicado em: 10.06.26